

Variações sobre a educação



A democracia surge como o resultado da livre iniciativa de todas as pessoas

O receber o Prêmio Guerreiro da Educação, conferido pelo Centro de Integração Empresarial-Escola (Ciee), em parceria com O Estado de S. Paulo, tecí sobre o tema algumas considerações que peço vênia para sintetizar.

Em primeiro lugar, indaguei se o significado da educação não se encontra na raiz mesmo dessa palavra, pois esta é geralmente a veste ou a configuração de uma idéia. Ora, educar vem do latim *educere*, no qual a proposição *e* tem, entre outros, o sentido de origem ou proveniência, razão pela qual se pode afirmar que educar é, no fundo, conduzir alguém de um ponto para outro posto como alvo a ser atingido.

Daí a necessidade de estabelecer uma linha de harmonia ou consonância entre o ponto de partida e a meta que se quer alcançar, sendo evidente que aquele pressupõe a pessoa mesma do educando, seja em si, seja em função de suas circunstâncias. Não é demais lembrar aqui o ensinamento de Ortega y Gasset de que "eu sou eu e a minha circunstância", a começar pela circunstância psicofisiológica de cada um no contexto das circunstâncias ou conjunturas em que tem de agir.

Como se vê, o ato de educar distingue-se pela sua concreção, pela aderência ao que há de específico em cada caso, devendo levar-se em conta os elementos subjetivos e objetivos ocorrentes, quer se dêem no seio do núcleo familiar, quer se verifiquem na escola.

A concreção, a que me refiro, não se obtém somente graças a processos de natureza puramente intelectiva, porque ela exige uma participação afetiva, assistindo razão aos pensadores ingleses do fim do século 18, com Adam Smith à frente; quando falavam em "moral da simpatia". E pelas vias da dedicação "simpatética", para empregarmos um adjetivo caro ao filósofo italiano Luigi Bagolini, que podemos alcançar os maiores resultados na tarefa educacional, a qual não pode ser reduzida a uma fria transmissão de conhecimentos. O verdadeiro mestre sabe como é relevante atrair para si o aluno como con-

dício de levá-lo aonde desejamos que ele chegue, o que implica certa dose de imaginação criadora.

É nessa concepção integral da atividade pedagógica que se põe o sempre delicado e desafiante problema da vocação. Ao contrário do que geralmente se pensa, esta pode ser tanto a expressão de um dom natural como o fruto de uma sábia construção.

Quando o ser humano é chamado espiritualmente para certo sentido de vida (*e vocatio*, em latim, língua tão rica de sutis distinções, significa *chamado*), não há obstáculo que se lhe contraponha, como se deu, por exemplo, com Van Gogh ou Einstein. Este, para se firmar como físico teórico, como sentia precisão de ser, teve de superar inúmeras adversidades de ordem econômica, social e étnica, sendo obrigado, para sobreviver, a exercer a função de "técnico de patentes", vocação subsidiária que construiu tão profundamente até o ponto de tornar-se um dos maiores peritos europeus nesse campo, triunfando, afinal, como nenhum outro, nos domínios da física, seu destino natural.

Outras vezes acontece que

as conjunturas existenciais nos vedam a vocação natural e, nesse caso, é preciso ter o senso e a coragem de construir a vocação exigida pela profissão desejada, se é que queremos deveras exercê-la com êxito e responsabilidade.

Como se vê, a educação tem caminhos tão insuspeitados e múltiplos que, em última análise, ela deve ter como finalidade dominante a formação autônoma da personalidade, como firme consciência de si, dotada de capacidade intelectual e volitiva para afrontar as surpresas da vida, assim como para saber aproveitar as oportunidades que surgirem.

A educação tem, em verdade, como fim primordial a formação e a realização da personalidade, o que significa a constituição de um sujeito consciente de sua própria valia e, por conseguinte, em condições de afirmar e salvaguardar sua própria liberdade.

Chegamos, assim, a uma compreensão mais viva daquilo que se costuma designar com a frase "educação para a liberdade", a qual não pode nem deve expressar algo de válido apenas no plano da cidadania, mas se põe como razão de vida de alcance universal para o homem comum, tanto no domínio da vida privada como no da vida social e política.

E, como nos estamos referindo a um galardão outorgado por uma entidade de origem

empresarial, aproveito para esclarecer em que sentido me parece necessário conceber também a liberdade de maneira concreta e positiva.

A Constituição vigente, logo em seu artigo 1º, de significação manifestamente programática, estatui que um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito é a *livre iniciativa*. Essa expressão é empregada geralmente para indicar o direito que todo homem tem de eleger e exercer livremente a atividade econômica de sua predileção, desafiando a concorrência do mercado mediante todos os recursos lícitos a seu alcance.

Pois bem, penso que aquela expressão pode e deve ser empregada em sentido mais amplo, pois não há razão para não dizer que ao cientista, ao artista, ao homem de letras, aos chamados "profissionais liberais", ao homem em geral, em suma, não caiba, igualmente, a *livre iniciativa*, o poder criador e instaurador de novos entes e formas de vida, a começar pelo traçado de sua própria existência em sintonia com o querer coletivo consubstanciado nas leis.

A essa luz, a democracia surge como o resultado da livre iniciativa de todas as pessoas, cada uma delas no campo de sua atuação existencial, pondo-se o direito de votar como momento decisivo da livre escolha do ordenamento jurídico-político do País. Vê-se, pois, como os valores da vida privada e da vida pública se compõem de conformidade com o princípio de complementaridade que, não por acaso, preside também as realizações das ciências naturais.

O resultado de todos esses pressupostos é a idéia da educação como condição imprescindível para que a história, tal como foi postulado pelo filósofo Benedetto Croce, seja efetivamente a *façanha da liberdade*, fruto da educação, outrora momento inicial da formação do homem e, já agora, exigência perene que acompanha o homem ao longo de toda a sua existência. Vivemos, com efeito, num mundo tão marcado pelas constantes mudanças que, dia a dia, nos reclamamos, isto é, nos educamos, tanto para enriquecimento interior como para nos tornarmos aptos a viver com a virtude da contemporaneidade.



■ Miguel Reale, jurista, filósofo, membro da Academia Brasileira de Letras, foi reitor da USP